

O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO SERTÃO ALAGOANO

José Lidemberg de Sousa Lopes¹
Lucas Vinicius Paulino da Silva²
Jaires de Moura Ferreira da Silva³
Herik Roseno Ferreira da Silva⁴
Edenilson Brito de Lima⁵

INTRODUÇÃO

O Nordeste brasileiro, desde os anos 90 do século passado, vem desenvolvendo um perfil socioeconômico no que diz a atividade turística atrelada à questão conservacionista. Tal atividade vem apresentando-se como importante vetor de crescimento regional. Por sua vez, desde que o Programa de Desenvolvimento do Nordeste o PRODETUR/NE instalou os principais polos de atração desse segmento para a economia nordestina, os atrativos ainda são fortes no que concerne “sol e mar”.

Diante disso, a pesquisa visa não trabalhar com esse segmento do turismo do litoral alagoano, e sim com um segmento de um turismo de natureza, que pode ser englobado o turismo de aventura, turismo rural, o ecoturismo e, menos conhecido, o geoturismo, esse último segmento o recorrido pela pesquisa em tela (CAVALCANTE e FURTADO, 2011; LOBO *et al.*, 2012; MOREIRA, 2010; NASCIMENTO *et al.*, 2007).

A atividade geoturística como atividade socioeconômica, vem crescendo e o mito que esse segmento do turismo é muito pouco explorado foi sendo desconstruído nas últimas décadas. Segundo Bento e Rodrigues (2013), afirma que a atividade geoturística cresceu muito nos últimos anos. Já se percebe a quantidade de eventos que vêm sendo realizados, criação de projetos e programas voltados exclusivamente à valorização e divulgação do patrimônio natural, mais especificamente, a geodiversidade.

Com isso, o geoturismo no país apresenta-se como um segmento promissor para a indústria do turismo tanto no presente quanto no futuro, visto que apresenta características específicas e essenciais à conservação da geodiversidade, em consonância com diversos preceitos exigidos para o desenvolvimento econômico local das comunidades que podem e devem ser envolvidas (LOPES *et al.*, 2011).

Diante do exposto, o trabalho analisou a relação da geodiversidade e do

¹ Prof. Dr. do curso de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC) da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. Email: lidemberg.lopez@uneal.edu.br

² Graduando em Geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. Email: lucas.silva@alunos.uneal.edu.br

³ Graduanda em Geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL. Email: jaires.silva.2022@alunos.uneal.edu.br

⁴ Graduando em Geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas. Email: herik.silva.2022@alunos.uneal.edu.br

⁵ Graduando em Geografia do Campus V da Universidade Estadual de Alagoas. Email: edenilson@alunos.uneal.edu.br

geoturismo como mola propulsora para uma atividade econômica que está em pleno crescimento no Semiárido alagoano, que são as visitas de sítios arqueológicos de figuras rupestres.

Na pesquisa, trouxemos como exemplo, o assentamento Nova Esperança no município de Olho D'água do Casado no sertão alagoano. Tal discussão emergiu durante as aulas da disciplina de Geologia Geral do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Alagoas.

METODOLOGIA

A pesquisa seguiu etapas metodológicas, incluindo a busca em periódicos e *sites* de *internet* sobre conceitos basilares de geodiversidade, geoturismo e figuras rupestres. Outra etapa consistiu na visita de campo ao Complexo Arqueológico Nova Esperança, em Olho d'água do Casado, no sertão de Alagoas, para conversar com a Associação Pegadas da Caatinga para entender sua história e dinâmica socioeconômica dos achados rupestres em seu entorno.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE FIGURAS RUPESTRES: POTENCIALIDADES A SEREM EXPLORADAS NO SERTÃO ALAGOANO

O Semiárido brasileiro é a região-bioma que mais sofre com impactos negativos, seja por queimada, desmatamento, desertificação dentre outros. A caatinga considerada como um dos ecossistemas brasileiros mais degradados pelas atividades humanas, sendo estimado que 45,3% de sua área total já estejam alteradas, o que a coloca como o terceiro bioma brasileiro mais modificado, sendo ultrapassado apenas pela Mata Atlântica e o Cerrado (Brasil de Fato/Embrapa, 2023).

Mas, apesar desses problemas ambientais, o Semiárido é local de uma geodiversidade ímpar. O patrimônio natural encontrado nas terras semiáridas do Brasil, como os sítios de pinturas rupestres é o objeto central desta pesquisa e que merece atenção.

Desde as primeiras descobertas, as pinturas e/ou gravuras rupestres sempre foram inquietantes, não só pelas formas das imagens a serem decifradas, mas onde elas foram desenhadas. E as que foram encontradas no Semiárido alagoano é uma dessas inquietações que a cada nova descoberta de novos sítios nos faz repensar como essas “manchas” em rochas nos querem informar um pretérito que ainda temos que entender.

Pesquisas realizadas até agora no país, as primeiras descrições rupestres são datadas de 1589 por Feliciano Coelho de Carvalho, logo depois algumas foram vistas em rochedos relatadas por Elias Herckman, quando na chegada à Capitania da Paraíba

em 1641, no período holandês no Brasil. (MARTIN, 2013, p. 229).

Já no século XX, Prous (1992), em 1964 evidencia uma metodologia mais rigorosa acerca das pinturas rupestres, no Sul (Santa Catarina), tanto por Rohr como Piazza; no Rio grande do Sul, Mentiz-Ribeiro; em São Paulo, Aytai e, Paraná, Blasi. (PROUS, 1992, p. 509).

Nos anos de 1970, inicia incentivos e investimentos acerca das imagens rupestres no Sudeste e Nordeste. Pesquisadores como Niède Guidon, André Prous, demais arqueólogos/as se destacam: Schimtz, Moehlecke, Simonsen, Mendonça de Souza, Mills, Gabriela Martin, Ruth de Almeida, D. Vialou (PROUS, 1992, p. 510).

Quando falamos na arte rupestre para o Nordeste do Brasil, Anne-Marie Pessis (1988) salienta que é no sudoeste do Piauí que se encontram grandes quantidades de registros rupestres. Registros bem nítidos e expressivos, os quais a posteriori foram enquadrados na Tradição Nordeste.

As pesquisadoras Pessis e Guidon ressalta que existem seis tipos de tradições para os registros rupestres, são elas: a Nordeste, a Agreste, as Itaquiara Leste e Oeste e Gongo, essas duas últimas são pouco manifestadas no território (PESSIS, 1988). Aqui, se faz uma conceituação da Tradição Nordeste por Martins, 2013

[...] facilmente identificável pela variedade dos temas representados, e a riqueza de enfeites e atributos que acompanham a figura humana, indicadores, seguramente, de diversas hierarquias e diferentes tribos. As figuras humanas são de pequeno tamanho, entre cinco e quinze centímetros, sempre em movimento, às vezes possuídas de grande agitação, com rosto de perfil como se gritassem. A luta, a caça e o sexo são habitualmente representados com grande riqueza de interpretações, utilizando-se uma técnica de traço leve e seguro [...] (MARTIN, 2013, p.246).

Entender os sítios arqueológicos implica compreender os processos internos e externos desses grupos, verificar suas mudanças de ordem social, política, religiosa e cultural. Pensar como essas comunidades interagem com o meio ambiente é importante. Se pensarmos como o homem, partindo de uma simples lasca de pedra em uma ponta de flecha, chegou à construção de bombas indestrutíveis para as guerras, nos fazem querer entender mais sobre a humanidade.

Os vestígios arqueológicos possuem uma importância única, pois trazem informações e conhecimento histórico sobre as sociedades do pretérito. Daí o Decreto-Lei nº. 25/1937 tem sua importância de proteção juntamente com a Lei Federal n. 3. 924/61, onde destina a proteção do patrimônio arqueológico em todo o país.

Nossa carta magna também reconheceu o patrimônio arqueológico como bem da União, incluindo no conjunto de Patrimônio Cultural Brasileiro e que compete ao

Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN de zelar pelos mesmos.

Em Alagoas, segundo Iphan (2012, p. 14), o registro mais antigo da presença humana no estado vem do sítio “São José 2”, em Delmiro Gouveia. Esse sítio foi pesquisado pela equipe do Museu de Arqueologia do Xingó entre 1993 e 1994. Nele foram escavados 29 esqueletos humanos, além de outros materiais como peças líticas (feitas de pedras) e cerâmicas. A partir de datações absolutas realizadas, estimou-se que alguns desses enterramentos foram feitos há cerca de 3.500 anos.

A pesquisadora Martins (1997) relata que poucos sabem dos antigos habitantes do baixo São Francisco. A pesquisadora discorre que pequenos grupos caçadores-coletores de grande mobilidade teriam vindo desde o planalto goiano ou do Piauí e passaram a viver no vale do São Francisco há aproximadamente 10 mil anos. Isso nos faz concluir que através do rio, esse grupo tenha alcançado a foz do “Velho Chico”.

Segundo a autora, esses grupos habitavam cavernas para se abrigarem, viviam de pesca e da caça e produziam seus artefatos, isto é, aqueles feitos de pedras e cerâmicas. O território alagoano está repleto de sítios arqueológicos onde as pesquisas indicam os mais variados materiais, desde cerâmicas até peças líticas. Tais materiais são conhecidos popularmente de Chão de Cacos.

Outra importante contribuição dos estudos arqueológicos no sertão alagoano é que ficaram conhecidas duas tradições arqueológicas no território de Alagoas: a Cultura Aratu e a Cultura Tupiguarani. Ambas possuem características comuns, como a abundância com que utilizavam de objetos cerâmicos para o uso diário como uso decorativo a exemplo: potes, vasos, igaçabas e rodela de fuso. Aqui, lembramos que essas duas tradições, no passado, estavam tanto no litoral quanto no interior do Nordeste do Brasil.

Abaixo, segue o quadro 1 contendo um resumo dos municípios, números de sítios e categoria dos mesmos sobre a arqueologia do interior alagoano.

Quadro 1 – Municípios do Alagoas com sítios arqueológicos e suas principais ocorrências

Município	Número de sítios	Categoria dos sítios
Água Branca	02	Rupestre
Arapiraca**	01	Histórico
Belo Monte	09	Pré-colonial
Delmiro Gouveia	15	Pré-colonial e Histórico
Maravilha	01	Rupestre
Mata Grande	05	Pré-colonial e Histórico

Olho d'Água do Casado	55	Rupestre e Histórico
Ouro Branco	01	Rupestre
Palmeira dos Índios	11	Pré-colonial e Histórico
Pão de Açúcar	65	Pré-colonial, Histórico e Rupestre
Pariconha	01	Rupestre
Piranhas	30	Pré-colonial, Histórico e Rupestre
Poço das Trincheiras	02	Rupestre
Porto Real do Colégio*	08	Pré-colonial e Histórico
Santana do Ipanema	01	Pré-colonial e Histórico
Senador Rui Palmeira	01	Pré-colonial
Traipu	18	Pré-colonial e Histórico

*Municípios novos e **municípios excluídos em contestação

Fonte: Iphan, 2012. Elaboração: autores, 2023.

Se analisarmos o quadro 1, verificamos que entre os 42 municípios que fazem parte do Semiárido alagoano, dezessete (17) já estão catalogados pelo Iphan com os seus respectivos sítios arqueológicos de categorias rupestre, pré-colonial ou histórico.

Na região do sertão alagoano encontramos em maior abundância as representações denominadas “grafismo puro”. Conforme o Iphan (2012, p. 30), em geral esses elementos rupestres são tudo aquilo que não nos leva a imaginar diretamente uma figura, o que não significa, no entanto, que o seu pintor ou escultor não estivesse querendo representar um ser vivo, um objeto ou um astro.

Com isso, na pesquisa trazemos um exemplo dessa geodiversidade de imagens rupestres, no caso, a Fazenda Nova Esperança no município de Olho d'Água do Casado. O Complexo Arqueológico Nova Esperança vem sendo considerado como uma potencialidade a ser explorada. Nela já foi cadastrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mais de 40 sítios. Onde a maior parte desses sítios é composto por belos painéis rupestres que guardam um magnífico acervo e vestígios de grafismos dos primeiros habitantes do sertão alagoano (figura 1).

Com isso, essa pesquisa nos informa que o Semiárido brasileiro não deve ser conhecido com estereótipo de lugar seco e sem chuvas. Aqui, queremos informar a beleza, a geodiversidade que os sertões nordestinos possuem, entre eles, a riqueza arqueológica, como o caso, dos sítios arqueológicos de figuras rupestres para o segmento do geoturismo.

Figura12 – Grafismo puro rupestres, Fazenda Nova Esperança no município de Olho d'Água Do Casado em Alagoas



Fonte: Ana Paula Ferreira da Silva, 2023.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Para concluir a pesquisa, esperamos que a mesma venha contribuir com os órgãos gestores, sejam eles do âmbito municipal ou estadual, e que perceba que o geoturismo/geodiversidade é uma boa oportunidade de melhoria econômica, social, cultural e ambiental desse patrimônio natural, isto é, os sítios arqueológicos alagoanos. Pois tais patrimônios precisam ser reconhecidos e valorizados como tal. Sua história, bem como os recursos culturais e ambientais se perpetuam por todo o meio turístico em consonância de um planejamento de turismo sustentável e condizente com a área que se pretende implementar o geoturismo.

Outra importante discussão que não deve ser esquecida é a relação do vislumbramento da paisagem atrelada à educação ambiental para tal segmento turístico. Outra variável de interpretação para o geoturismo e a geodiversidade, pois a mesma irá contemplar como os visitantes poderão utilizar de forma adequada os espaços que se pretende visitar.

Salientamos que o geoturismo, quando implementado adequadamente, é um grande propulsor de geração de emprego e renda para a população local, além de contribuir para pesquisadores que poderão descobrir novas espécies, seja de flora, fauna ou geológica, dentre outras. Além disso, a população em geral poderá conhecer o que há de melhor no Semiárido alagoano tem a oferecer.

Palavras-chave: Geodiversidade; Geoconservação; Patrimônio; Arte rupestre.

REFERÊNCIAS

BENTO, L. C. M. e RODRIGUES, S. C. Geoturismo em Unidades de Conservação: uma nova tendência ou uma necessidade real? **Revista do Departamento de Geografia** – USP, São Paulo-SP, v. 25, p. 77-97, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.7154/RDG.2013.0025.0105>.

BÉTARD, F.; PEULVAST, J-P. e MAGALHÃES, A. O. Biodiversité, géodiversité et enjeux de leur conservation dans les montagnes humides du Nordeste brésilien. **Bulletin Del' Association de Géographes Français**, v.88, n.1, p.17-26., mar. 2011.

CAVALCANTE, M. B. e FURTADO, E. M. Potencial geoturístico em unidades de conservação: um estudo do Parque Estadual da Pedra da Boca-PB. **Revista GeoTextos**, v. 7, n.1, p. 143-157, 2011. DOI: <https://doi.org/10.9771/1984-5537geo.v7i1.5274>.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com levantamento do patrimônio arqueológico e paleontológico de Alagoas. Teixeira, Luana (org); Pozzi, Henrique e Lopes da Silva, Jorge Luiz. IPHAN. IPHAN - AL. 2012.

LETRAS AMBIENTAIS. Entendendo o processo de desertificação e suas principais causas no Brasil. ISSN 2674-760X. Disponível em: <https://www.letrasambientais.org.br/posts/entendendo-o-processo-de-desertificacao-e-suas-principais-causas-no-brasil>. Acessado em: 16 jan. 2024.

LOBO, H. A. S.; MOREIRA, J. C. e FONSECA FILHO, R. E. Geoturismo e Conservação do Patrimônio Natural em áreas cársticas brasileiras. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 9., 2012, São Paulo-SP. 2012. **Anais do IX Seminário Da Associação Nacional Pesquisa E Pós-Graduação Em Turismo**. São Paulo, 2012.

LOPES, L. S. O.; ARAÚJO, J. L. e CASTRO, A. J. F. Geoturismo: Estratégia de geoconservação e desenvolvimento local. **Revista Caderno de Geografia**, v. 21, n. 35, 2011.

MOREIRA, J. C. Geoturismo: uma abordagem histórico-conceitual. **Revista Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas-SP, v. 3, n. 1, p. 5-10, 2010.

NASCIMENTO, M. A. L.; RUCHKYS, U. A. e MANTESSO-NETO, V. Geoturismo: um novo segmento do turismo no Brasil. **Revista Global Tourism**, v. 3, n. 2, 2007.

PESSIS, Anne-Marie. Apresentação Gráfica e Apresentação Social na Tradição Nordeste de Pintura Rupestre do Brasil. **First Aura Congress, Darwin**, p.11-17, 1988.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Editora UNB, Universidade de Brasília. Brasília, 1992, p.

SUDENE. **RESOLUÇÃO CONDEL/SUDENE Nº 150, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-condel/sudene-n-150-de-13-de-dezembro-de-2021-370970623>. Acesso em: 16 jan. 2024.